

ARTÍCULOS

AUTORITARISMO E DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA. UMA PERSPECTIVA ATRAVÉS DA HISTÓRIA RECENTE DA ARGENTINA E DO BRASIL¹

Hernán Ramírez²

Universidade Estadual de Londrina
hramirez1967@yahoo.com

Resumo: O presente ensaio analisa a velha tensão entre autoritarismo e democracia na América Latina a partir da história recente argentina e brasileira, tentando entender como ocorreram os golpes de Estado, decorrentes de processos de deslegitimação de governos democraticamente constituídos por parte de amplas alianças sociais e não só por militares, que instalariam regimes ditatoriais, cujas vicissitudes internas podem ser entendidas mediante esta óptica, a qual é igualmente útil para entender o processo de redemocratização, o qual, apesar de passar por momentos difíceis, pode resolvê-los de acordo com mecanismos constitucionais, instaurando um longo período que perdura um quarto de século, mas que ainda precisa ajustar contas com grande parte desse passado.

Palavras-chave: Autoritarismo, democracia, golpes de Estado, regimes cívico-militares, redemocratização, América Latina, Argentina, Brasil.

Título: AUTORITARISMO Y DEMOCRACIA EN AMÉRICA LATINA. UNA PERSPECTIVA A TRAVÉS DE LA HISTORIA RECIENTE DE ARGENTINA Y BRASIL.

Resumen: El presente ensayo analiza la vieja tensión entre autoritarismo y democracia en América Latina a partir de la historia reciente argentina y brasileña, procurando entender como los golpes de Estado ocurrieron, decurrentes de procesos de deslegitimación de gobiernos democráticamente constituidos por parte de amplias alianzas sociales y no sólo por militares, que instalarían regímenes dictatoriales, cuyas vicisitudes internas puede ser entendida mediante esta óptica, la que también es igualmente útil para entender el proceso de redemocratización, el que, a pesar de pasar por transe difíciles, pudo resolverlos de acuerdo con medios constitucionales instaurando un longo período que ya lleva un cuarto de siglo pero el que aún precisa rendir cuentas con gran parte de ese pasado.

Palabras clave: Autoritarismo, democracia, golpes de Estado, regímenes cívico-militares, redemocratización, América Latina, Argentina, Brasil.

¹ O presente artigo vem sendo desenvolvido no marco de projetos que contam com apoios do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq) e da Fundação Araucária (FA) de Brasil.

² Doutor em História, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com Pós-doutorado em Ciência Política, no Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro (IUPERJ) e Professor Adjunto na Universidade Estadual de Londrina (UEL) / Brasil.

Recibido: 29-05-2010

Aceptado: 01-11-2010

Cómo citar este artículo: RAMÍREZ, Hernán. Autoritarismo e democracia na América Latina. Uma perspectiva através da história recente da Argentina e do Brasil. *Naveg@mérica. Revista electrónica de la Asociación Española de Americanistas* [en línea]. 2011, n. 6. Disponible en: <<http://revistas.um.es/navegamerica>>. [Consulta: Fecha de consulta]. ISSN 1989-211X.

Title: AUTHORITARIANISM AND DEMOCRACY IN LATIN AMERICA. A VIEW THROUGH THE RECENT HISTORY OF ARGENTINA AND BRAZIL.

Abstract: This essay analyzes the old tension between authoritarianism and democracy in Latin America from the recent history of Argentina and Brazil, trying to understand how coups d'Etat occurred, resulting from processes of legitimization of democratically constituted governments by broad social alliances and not just military, which would install dictatorial regimes whose internal vicissitudes can be understood through this lens, which is equally useful in understanding the process of re-democratization, which, despite passing through difficult trances, could solve them in accordance with constitutional means introducing a long period which has already been a quarter century but still needs to be accountable to much of the past.

Keywords: Authoritarianism, democracy, coups d'Etat, civil-military regimes, redemocratization, Latin America, Argentina, Brazil.

Introdução

O debate em torno da tensão ente autoritarismo e democracia na América Latina já era clássico antes de que Aléxis de Tocqueville escrevesse seu célebre livro, Democracia na América, não apenas por um mero sentido teórico, senão fundamentalmente por suas implicações práticas, que afetavam, de um modo ou de outro, todas as suas sociedades, desde as cúpulas até as bases, obviamente com vivências que podiam ser diferentes, de acordo com a posição que se tivesse nessa hierarquia, as quais podiam mudar regional e temporalmente, burlando, não raramente, lógicas preconcebidas.

Em épocas mais recentes, as ditaduras que se instalaram no continente atualizaram essa dilacerante disjuntiva. Por isso, os intelectuais, entendidos aqui em sentido amplo, têm se ocupado recorrentemente da sua abordagem, tomando partido por posições, às vezes, radicalmente antagônicas ou assumindo outras mais assépticas, com o que agitaram, e ainda o fazem, essa polêmica. Tais discussões não foram travadas apenas por figuras locais. Em geral, o pensamento europeu ocidental tem reservado uma quota generosa para analisá-lo, não obstante o tenha realizado, em várias oportunidades, com seus ranços mais fortes, sendo respondido, em consonância, com doses contrárias desde a outra margem.

Como se trata de um dossiê generosamente recebido por uma revista da orilha oposta geograficamente ao autor, a intenção é a de estabelecer uma ponte entre os dois espaços, realizando uma abordagem histórica de dois casos contemporâneos, que, apesar da vizinhança, têm profundas diferenças que se reconhecem unicamente nessa perspectiva. Isto sole ser soslaido por ciências mais jovens, já que ele é, por excelência, um debate interdisciplinar, mas, às vezes, seus seguidores se esquecem de que o desenvolvimento da cultura política é um processo e, como todos eles, de longa duração, que se foi moldado em grande parte durante o século passado, possui traços de origens ainda mais longínquas.

Desde há algum tempo, aprendemos que os conceitos são construtos históricos, que não apenas se carregam de conteúdo na longa duração, mas que também mudam no seu transcurso e, o mais importante, relacionam-se com um contexto, cujas características são igualmente mutáveis. Desconhecer isso não é apenas um

erro metodológico, muitas vezes pode associar-se a raízes mais profundas, e não nos pareceria estranho que fossem motivados por interesses conscientes.

Essa introdução um tanto hermética não serve apenas para o objetivo proposto, mas também fornece uma delimitação para a generalidade dos trabalhos compreendidos no dossiê, assim como um contraponto a outros com os quais destoa visivelmente, em particular daqueles que de forma maniqueísta, talvez justificados por seus contextos históricos de produção, em especial os que não são da América, outorgam um peso decisivo aos processos desde o pós-guerra, nos quais a Europa claramente possui vantagens em relação a América Latina, que vê desmoronar velhas tradições democráticas, em alguns casos, ou se repetir ciclos de rupturas, certamente muito mais virulentos que outrora, em outros, mas tais diferenças se reduziram seguramente se as comparássemos com conjunturas anteriores.

Por isso, acreditamos que essa não seja uma disjuntiva apenas do nosso subcontinente. Desde o ponto de vista adotado, a tensão entre os dois conceitos é algo que se vivencia no ocidente em diferentes momentos e espaços, e, agora, em muitos outros lugares fora dele, de forma contraditória, não é linear, tampouco uma simples circularidade, reconhecendo tanto componentes endógenos como exógenos e afeta, como é afetado, por múltiplos aspectos, razão pela qual os determinismos e singularismos de qualquer espécie, por óbvio que pareça, devem ser desterrados.

Por exemplo, as forças que se enfrentam nos golpes de 1964 no Brasil ou nos de 1966 e 1976 na Argentina, para nos atermos aos casos analisados, mas que poderiam ser estendidos aos outros, representam muito mais que a conjuntura, embora seu papel seja inegável. Estudando-as, podemos perceber que instituições e até atores concretos reconhecem formações que remontam a períodos bastante longínquos, o que, se for obviado, desvirtuará necessariamente nossa perspectiva analítica.

Com isso não deixamos de reconhecer que, seguramente, circunstância parecida é válida também para outros espaços. As forças que se opõem nos Estados Unidos na década de 1960 em torno dos direitos civis, indubitavelmente, arrastam consigo elementos que, se bem predominavam na Guerra de Secessão, já estavam presentes durante a Independência e, inclusive, muito antes. A Alemanha e a França atuais têm que lidar com a xenofobia, problema recorrente em vários momentos não apenas da Europa. A Espanha de hoje tem ajustes ainda pendentes com muitos dos seus passados, exemplo que coloco para não ser tachado de condescendente com aqueles que nos brindam com esse espaço, idéia que já estava em mente antes de ocorrer a punição imposta ao juiz Baltasar Garzón, que nos fez vibrar quando deteve o general Augusto Pinochet, embora em seu triste e merecido ocaso, e o capitão argentino Adolfo Scilingo, que sofreu severa reprimenda quando ousou mexer no próprio vespeiro.

Compreender essas sobrevivências e permutações é o que dá força à interpretação em perspectiva histórica, o que permite, como diria Marc Bloch, desfazer falsas analogias, sem que com isso neguemos a possibilidade da análise comparativa, embora devamos estar atentos para escapar às tentações generalizantes que Charles Tilly sarcasticamente condenava. Ou seja, devemos

separar o joio do trigo.

Também é importante compreender que é a sociedade como um todo que está envolvida nessa tensão, ora pendendo para um lado, ora para o outro. Mesmo que nela atuassem forças de direita ou de esquerda que pretendiam derrubar o sistema democrático, não eram suficientemente poderosas para fazê-lo por si mesmas, devendo, assim, encontrar auxílio para esse propósito em sectores que, embora se inclinassem em geral por formas democráticas, abandonavam essa postura por motivos conjunturais e passavam a compor o coro dos que defendiam sua interrupção, ainda que por motivos preventivos.

Estes mesmos setores eram os que, uma vez debelados seus temores iniciais e diante das restrições impostas por um ambiente no qual a liberdade tinha sido amordaçada, assim como por outros motivos conjunturais, entre os quais privilegiadamente o econômico, em especial pela eclosão da Crise da Dívida, deixavam paulatinamente de conferir seu apoio a esses regimes e passavam a demandar, progressivamente, o retorno à democracia.

Como bem assinalara Ricardo Sidicaro, retomando idéias de Samuel P. Huntington, as forças que se rebelam durante os golpes de Estado e se alçam com o poder, formando governos autoritários, são coligações golpistas que aglutinam amplos setores e segmentos sociais em alianças debilmente amalgamadas, as quais, com o tempo, tendem a entrar em conflito, propiciando rupturas internas. Essas apreciações são úteis para entendermos os rumos que elas adotaram no longo prazo, assim como algumas das conjunturas pelas quais atravessavam, inclusive algumas das formas adotadas pelos processos de redemocratização que lhes seguiram.

Passando a nosso primeiro estudo de caso, observamos que, embora a maioria dessas forças já atuasse anteriormente, ainda que com algumas características algo diferentes, no caso de Brasil essa coligação foi se desenhando mais claramente a partir de 1961, momento no qual o presidente Jânio Quadros renunciou e que João Goulart, seu vice, assumiu a presidência da República, embora aceitando fazê-lo com poderes recortados pela imposição do parlamentarismo. O então presidente, apelidado de Jango, pertencia a um partido opositor ao daquele que deixava o poder, paradoxo que o sistema eleitoral vigente permitia ao estabelecer uma eleição separada para os dois cargos.

Devemos destacar que o tênue fio da legalidade não tinha sido rompido nessa oportunidade porque muitos segmentos militares ainda relutavam à ideia de derrubar um governo democraticamente eleito. Pelo menos desde 1945, quando Getúlio Vargas foi obrigado a convocar eleições, e com mais força a partir de 1954, momento de seu suicídio, eles percebiam os perigos intrínsecos que tal situação representava. De todas as formas, e não apenas em sentido metafórico, a corda foi se esticando, ao ser puxada em direções opostas, não necessariamente antidemocráticas, mas com concepções diferentes do que se entendia por democracia. Tal diferença semântica não era uma exclusividade brasileira já que esse termo não é por natureza um conceito unívoco.

Virtualmente maniatado por um sistema de governo engessado como

parlamentarista, sobretudo pelo peso que as oligarquias regionais possuíam no seio das câmaras, em especial no Senado, Jango começou uma longa batalha para recuperar os poderes que lhe tinham sido conculcados, a qual somente seria vencida no plebiscito de 1963, após dois anos de governo.

Como ex-ministro e próximo de Vargas, Goulart podia reivindicar sua herança, mas de fato, e apesar dos seus esforços, não a possuiria por completo. A força de Getúlio não radicava em um partido, ele era o vértice que os aglutinava, servindo-se habilmente de setores que se posicionavam no centro esquerda, como era o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e no centro, como o Partido Social Democrático (PSD). Essa divisão, por assim dizer, anacrônica conceitualmente, nos permite visualizar mais claramente como se dava o jogo político, e, dessa forma, o líder populista chegou a contar com o apoio do Partido Comunista do Brasil (PCB), comandado pelo lendário Luís Carlos Prestes, cuja esposa, Olga Benário, de origem judaica-alemã, tinha sido deportada pelo governo varguista e finalmente morta pelo regime nazista, num campo de extermínio.

Jango não conseguiu a mesma proeza de seu mentor e, depois de rejeitada a nomeação de San Tiago Dantas, como primeiro-ministro, a burguesia, que tinha composto o tripé que sustentava o populismo, afastou-se definitivamente de Goulart. Assim, perdendo o apoio do PSD, teve que se amparar no PTB e procurar o auxílio de outras forças, inclinando-se cada vez mais para a esquerda do espectro político. Se bem que isso lhe granjeava novos aliados, a radicalização do seu discurso para conquistá-los lhe fazia perder outros, assim como gerava medos, mais virtuais que concretos, porém nem por isso menos assustadores, em setores moderados, os quais, submetidos a uma intensa campanha propagandista por parte dos opositores, foram aproximando-se de posições de ruptura, estimuladas por setores conservadores, que se empolgariam ainda mais, vendo nisso a oportunidade para desestabilizá-lo, primeiro, e defenestrá-lo para elevar-se ao poder, depois.

Entre os aliados de Goulart encontravam-se os movimentos operário, estudantil e camponês, esse último saía de um prolongado letargo e se insurgia ao som da consigna “Reforma Agrária na lei ou na marra!” que não só causou apreensão aos setores rurais, mas também de outros proprietários, particularmente de imóveis urbanos. Os opositores apoiaram-se nesse segmento, assim como na burguesia local, no capital estrangeiro e nos setores médios, os quais, fundamentalmente, constituiriam seu núcleo duro, contando com o discurso da defesa nacional e de cunho religioso para se opor ao perigo vermelho, submetendo os membros das Forças Armadas a um intenso processo de convencimento, primeiro solapado e logo mais aberto.

As características das forças armadas brasileiras diferiam um tanto daquelas de seus pares no Cone Sul, pelo menos. A Armada, por exemplo, constituía um reduto aristocrático que submeteu a cruéis tratamentos aos seus subordinados, até o início de século XX, os quais se sublevaram na célebre Revolta da Chibata. Contrariamente, o Exército não era um lugar privilegiado pelas elites, por não se ter destacado no processo de independência, diferentemente de outros casos latino-americanos, e, inclusive, ter sofrido certo descrédito durante a Guerra do Paraguai, essa força congregava alguns membros que pretendiam ascender na estrutura burocrática estatal e não os “estabelecidos”, no sentido bourdiniano do termo, que

preferiam outras profissões e mecanismos para manter-se no cume. Essa característica é visível no fato de que de suas fileiras saíram duas importantes lideranças da esquerda, mas as não únicas, como Luiz Carlos Prestes e Carlos Lamarca, o primeiro comandou uma das colunas tenentistas e depois o PCB, e, o segundo, se insurgiu contra a ditadura, em 1969.

Antes de entrar nesse assunto, creio ser necessário fazer um pequeno parêntesis para explicar o nascimento e as principais características de uma instituição que foi chave, em meu entendimento, para possibilitar essa amalgama, não só dentro das Forças Armadas, mas em sentido mais amplo, refiro-me à Escola Superior de Guerra (ESG) que, a partir de 1949, mudou radicalmente a forma como se realizava a socialização da sua hierarquia. Antes de sua criação, a formação militar do alto escalão não estava uniformizada nem concentrada num vértice, existindo várias academias que responsáveis por ela. É por isso que, após a experiência de ter participado na Segunda Guerra Mundial, e diante das novas necessidades geopolíticas internacionais, organiza-se tal Escola, que, diferentemente de outras similares de países vizinhos, incorporou a participação de civis em seus cursos, medida com a qual pretendia estreitar laços entre os setores militares com outros da sociedade civil, possibilidade mais limitada naquelas instituições que não a permitiam.

De todas as formas, essa criação tardia, se bem que benéfica em certos aspectos, como o de estar mais consoante com a nova conjuntura, trouxe alguns problemas, sobretudo de transição. Com o transcurso do tempo, foi gerando uma divisão, uma clivagem, entre os membros do Exército, em especial, entre aqueles que tinham nela estudado e os que não. Esses últimos eram mais antigos e ocupavam as mais altas posições hierárquicas nos momentos prévios e durante o golpe de 1964, assim como nos primeiros anos da ditadura, e eram vistos como mais tradicionais e conservadores, sentindo-se pressionados pelos egressos da ESG, que se autoadjudicavam possuidores de postura mais modernas e que além de não se incomodarem com o mote de “sorbonne”, que receberam de seus rivais, em alusão depreciativa a seu caráter mais intelectualizado, acabaram por incorporá-lo, como um emblema positivo, exibido com muito orgulho, o que, como em outros casos e junto a outros elementos, contribuiu para gerar um espírito de corpo, não apenas com base em características comuns, mas também em oposição a outros.

Outro dos setores cujos membros freqüentaram a ESG foi o empresarial, que igualmente tinha características peculiares, em primeiro lugar as corporações nacionais de cúpula eram de pouco peso, fundamentalmente pela importância de algumas instâncias regionais, a paulista, sobretudo, mas não a única, já que as do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul também eram centros gravitacionais relevantes. Por outro lado, a ingerência estatal durante o período varguista fez emergir um sistema de representação dual, com organizações destinadas a relacionar-se com o Estado, supervisionadas por esse, e outras, muito mais livres, dedicadas à articulação interna, longe do olhar estatal.

Os interesses estratégicos da burguesia industrial a faziam confluir com o varguismo. Não obstante, apesar das origens oligárquicas de Getúlio, o setor rural não fez parte de seu núcleo de apoio, porém tampouco enfrentou-se com o líder populista, já que suas posições no campo ficaram praticamente intocadas. O Brasil

não foi apenas o último país da região a abolir a escravidão, em 1888, mas também a permitir o voto aos analfabetos, o que foi conquistado exatamente cem anos depois, com a Constituição de 1988.

No entanto, o pânico propagou-se quando João Goulart assumiu a presidência, justamente numa época em que a mobilização rural se agravava dramaticamente, em especial pela ação das Ligas Camponesas, sob liderança de Francisco Julião, com epicentro no estado de Pernambuco, onde o socialista Miguel Arraes foi eleito governador. Essa ebulição se dava numa conjuntura internacional peculiar, dominada pela Guerra Fria e, sobretudo, pela explosão da Revolução Cubana, que reforçava os temores de uma emulação em escala continental, em particular pela atuação de tendências maoístas e do foquismo guevarista, que privilegiavam o campo como cenário no qual se deveria acender a chama revolucionária que logo pretendiam estender para os setores urbanos.

Assim, a atuação da oposição propugnou estancar esse rico processo e, galvanizada em torno da União Democrática Nacional (UDN), o partido mais recalcitrante, esteve à frente da agitação anti Goulart e do golpe de 1964. Apesar disso, talvez como paradoxo, ou nem tanto, seria o próprio regime autoritário que sancionaria o Estatuto do Trabalhador Rural, que garantia alguns direitos, entre eles, de aposentadorias mínimas sem aportes, e a lei de Reforma Agrária, instrumentos que, aunados à repressão focada, pretendiam, e de fato conseguiram, descomprimir drasticamente os níveis desse conflito.

Alguns quadros superiores da burocracia brasileira também freqüentaram os cursos da ESG, isso não era pontual nem arbitrário, já que essa tecnocracia foi uma exceção latino-americana devido, entre outras muitas coisas, ao fato de que não existiu uma ruptura administrativa clara entre o período colonial e o independente, e várias de suas virtudes, assim como dos vícios, também tiveram continuidade. Seu recrutamento era muito mais meritocrático, sua estabilidade era maior e, em geral, seus salários melhores que a média dos da iniciativa privada, os quais em épocas mais recentes seriam potenciados, como ainda hoje, por um regime previdenciário diferenciado, que concedia remunerações sem teto. Por tais motivos, atraía segmentos profissionais a procura de uma carreira, os quais estavam mais dispostos a lutar para manter esses “privilégios”. Especialmente sua hierarquia, já que a escala salarial brasileira está, ainda hoje, muito segmentada, distanciando-se as faixas de remunerações consideravelmente, segundo o nível de instrução, sendo que essas formam uma pirâmide com base larga e cume muito estreito, o que reforçava e era reforçado pela concentração de renda, convertendo o Brasil num dos países mais desiguais do mundo.

Esses setores conseguiram construir um discurso que apelava às raízes cristãs, predominantemente católicas, mas não de forma exclusiva, por exemplo, o presidente brasileiro, general Ernesto Geisel era protestante, assim como a maior parte do auxílio para o golpe que provinha do exterior o era de países nos quais confissões religiosas desse tipo predominavam, independente disso, muitos membros da Igreja Católica se engajaram na luta direta contra o governo Goulart. Essa atuação era consciente, como demonstram com as suas próprias palavras alguns atores centrais do golpe que postulavam que organizações aparentemente independentes, a maioria controlada por membros dessa instituição milenar,

atuassem como uma espécie de biombo, que encobriu as ações dos golpistas, os quais teriam maiores dificuldades se atuassem a descoberto.

Por exemplo, um desses grupos decidiu agir de modo quase subliminar, projetando filmes em vilas operárias e centros estudantis, mas tiveram que recuar quando foram vaiados no momento em que o faziam em dependências de uma universidade paulista. A partir dali “terceirizaram” parte do serviço, sendo este entregue a padres cooptados ao efeito. De todos os modos, suas digitais continuariam nos bastidores, já que a logística e provisão dos implementos necessários continuaram por sua conta.

Essa forma de agir, mais capilar em setores médios, especialmente pertencentes aos setores femininos e de jovens, e até populares, aos quais os membros das elites tinham dificuldades em atingir, permitiu que seu discurso adentrasse nesse vasto universo, dando um verniz de legitimidade aos regimes e servindo de sustentáculo para mobilizações multitudinárias, no caso brasileiro. Ao fim e ao cabo, quem desconfiaria daqueles que comungavam com devoção e recebiam as bençãos pontifícias.

De todas as formas, de dentro da Igreja Católica também se alçaram vozes que valentemente denunciaram as atrocidades cometidas pelas ditaduras desde o início, inclusive custando-lhes a vida ou conferindo-lhes outras privações, e, no caso brasileiro, parte da hierarquia eclesiástica também foi modificando-se, gradualmente, até que, nas eleições de 1968, Aloisio Lorscheider tornou-se Secretário Geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e, em 1971, seu presidente, função na qual permaneceu até 1979, e assim passou a albergar e proteger demonstrações explícitas contrárias ao regime, chegando até a confrontação direta com ele.

Esse *racconto* estaria incompleto se não incluirmos as forças internacionais. Embora seja um lugar comum do imaginário dos grupos de esquerda, a ação dos Estados Unidos, seja direta, através dos seus aparelhos estatais, ou indireta, por meio de instituições privadas, que às vezes atuam em consonância com aqueles, situação mais do que comprovada e que a cada tanto se obtém mais confirmações o respeito, como bem difundiram os trabalhos de René Armand Dreiffus, Luiz Alberto Muniz Bandeira e Carlos Fico, assim como da articulação supra-regional, em particular por meio da Operação Condor, tratada por John Dinges e Samantha Viz Quadrat, entre outros. De todas as formas, eles não operavam sós e as evidências empíricas nos mostram que outros interesses espalhados por diversos países, em particular de empresas multinacionais, fundações privadas e entidades de cunho religioso, atuaram nesse sentido.

Hoje nos parece contraditório, mas grupos que pertenciam a países com democracias sólidas e alguns que são referência no respeito aos direitos humanos colaboraram ativamente com essa ditadura, entre eles Inglaterra, Alemanha, Suécia e Bélgica. Inclusive, um cidadão de origem dinamarquesa como Henning Albert Boilesen se envolveria na repressão direta para o que contou com o auxílio financeiro do czar da economia, Antônio Delfim Netto, hoje respeitado colunista de uma revista de esquerda e voz escutada pelo presidente Lula e por vários membros do Partido dos Trabalhadores (PT).

Outra das características do caso brasileiro e que corrobora a tese de que os golpes e governos dele derivados foram cívico-militares é o fato de que se estabelecer uma fachada pseudo democrática para seu funcionamento. Embora as rédeas ficassem a cargo de um presidente militar, esse sempre foi secundado por um civil e, se sua eleição era gestada na caserna, finalmente era referendada pelo Parlamento, que, expurgado, continuou funcionando.

Houve, inclusive, uma séria, porém pouco sucedida, tentativa de constituir um sistema bipartidista de governo, domesticando o buliçoso e pouco submisso sistema multipartidário brasileiro, que até hoje continua como um problema sério para a governabilidade, num regime presidencialista de coligação, que, devido ao artificialidade da tentativa, terminou finalmente por se revelar contra o feiticeiro, ao unir as forças opositoras que, de outra maneira teriam mais dificuldade para amalgamar-se.

Passando ao caso argentino, observamos que as suas condições iniciais eram muito diferentes. Esse país tinha uma longa tradição golpista, que se havia iniciado em 1930 e posto fim a um regime democrático constituído pelo voto universal masculino, livre e secreto, de apenas quatorze anos de existência, e que tinha sucedido a um regime conservador, no qual a oposição se abstinha do embate eleitoral, embora supostamente para proteger o sistema democrático quando este era exposto aos perigos da convulsão social. Tal situação originava-se na dificuldade apresentada pelas elites em aceitar e processar a incorporação de vastos setores sociais como cidadãos efetivos, que a deixavam numericamente em desvantagem, sem que pudessem articular uma opção partidária que fizesse frente com sucesso àqueles que as impulsionavam. Assim, foram incapazes de consolidar uma alternativa ao radicalismo, na acepção argentina do termo³, que incorporou os sectores médios no início do século passado, e ao peronismo, que incorporou setores subalternos, em especial os assalariados, pouco depois.

Porém, como assinalaram José Nun e Juan Carlos Portantiero, não devemos confundir todas essas rupturas, em aparência similares. Embora suas matrizes tenham traços comuns, elas diferem consideravelmente, conforme estejam num extremo ou noutro, desse quase meio século que as separam.

No princípio, o fito dessas interrupções ilegais era endireitar, claro que a favor das forças que as impulsionavam, o curso democrático, que acreditavam estava subvertido pelos governos depostos, para entregar rapidamente o comando a governantes constituídos por meio de eleições, preferencialmente a forças proclives. Embora essa fosse sua intenção e, de forma paradoxal, o segundo desses golpes engendraria o peronismo, que viria a convulsionar ainda mais o pouco aprazível cenário político argentino se transformando no pomo da discórdia dali em diante.

³ Faz referência à Unión Cívica Radical (UCR), partido de centro constituído no final do século XIX e que representava os interesses dos setores médios. Fez ferrenha oposição ao regime conservador, abstando-se, em primeiro lugar, e desde quando se sancionou a Ley Saenz Peña, em 1912, que estabelecia o voto universal, livre e secreto, ganharia por três vezes consecutivas a presidência, ocupando o poder desde 1916 até 1930. Posteriormente chegaria ao primeiro cargo em 1958, 1966, 1983 y 1999, sem que nenhum dos seus ocupantes conseguisse concluir seus mandatos, os dois primeiros, depostos por golpes de Estado, e, os outros dois, renunciando antecipadamente em meio a graves convulsões sociais.

Os governos constituídos a partir dos golpes de 1966 e, fundamentalmente, de 1976, terão outros objetivos a cumprir, partindo de um diagnóstico diferente acerca das razões que os “obrigavam” a adotar essas medidas atentatórias contra administrações escolhidas por meio de eleições, esses entendiam que os problemas não eram apenas conjunturais, mas obedeciam a razões estruturais, que demandariam um tempo maior para resolvê-los, motivo pelo qual já não se estabeleciam prazos, mas metas a cumprir, com as quais sua existência temporal tornou-se maior, trazendo consigo outras preocupações, sendo talvez a principal delas, a de que pudessem servir de base a ditaduras personalistas, o que se tratou de evitar por meio da sua institucionalização, fim alcançado em ambos os países, porém que não ocorreu no caso chileno, por exemplo.

Tampouco podemos considerar essas rupturas cíclicas como eventos pendulares, já que em cada uma delas não só se prolongavam, mas também o centro encaminhava-se para uma maior radicalização. Antes, pensava-se que para conseguir seus objetivos era suficiente neutralizar o outro. Agora, ao demonstrar sua resistência, tinha-se que eliminá-lo, como de fato aconteceria, literal e dramaticamente.

A instabilidade argentina não era apenas política, era também social e fundamentalmente econômica. Sem intenções reducionistas, podemos dizer que a constituição do capitalismo nesse país gerou as bases para esse comportamento. Em primeiro lugar, este originou-se na divisão internacional do trabalho que lhe reservou um lugar como produtor de matérias-primas e a industrialização deu-se na base do modelo de bem primário exportável sendo, depois, potencializada por medidas protecionistas que aceleraram o processo substitutivo, inicialmente nos estágios fáceis e, mais tarde, nas indústrias de base, que se beneficiavam da transferência do excedente originado no setor agro-exportador, já que, em geral, se produzia com escassa competitividade.

Para resumir, essas características peculiares levavam ao estrangulamento do balanço de pagamentos, gerando assim crises recorrentes, que eram contornadas com depreciações abruptas da moeda, fenômeno que incentivava o novamente o setor agrário e, com isso, aumentava os saldos nas contas externas, abrindo-se de novo o ciclo, batizado de *stop-go*, que se encerraria invariavelmente com outra recessão.

Esse não era um comportamento puramente econômico, tinha profundas implicações sociais e políticas. Como o modelo funcionava com transferência de excedentes entre os setores por ação estatal, para os atores econômicos era muito mais racional investir na pressão, entendida aqui em sentido amplo, que na melhora da competitividade.

Ricardo Sidicaro e Jorge Schvarzer classificaram esse fenômeno como uma “luta de classes por *interposita persona*”. Diferentemente dos países capitalistas avançados, onde o confronto era mais direto, aqui era mediado pelo Estado e para quem as classes se orientavam buscando alcançar conquistas. Outros intelectuais formularam interpretações parecidas ou concomitantes, por exemplo, Nun e Portantiero qualificaram esse fenômeno como de sobrepolitização e Marcelo Cavarozzi viu nisso uma matriz Estado cêntrica, o que a nosso juízo deveria ser

relativizado, já que, como observa Ralph Miliband, de forma geral, nunca antes o Estado tinha alcançado uma dimensão como a do mundo atual.

Um dos atores a quem a burguesia também apelou freqüentemente foi o estamento militar, cujo poder de intervenção o tinha convertido na ferramenta predileta para restabelecer, pela força, o equilíbrio, quando essa perdia ou acreditava ter perdido sua capacidade de dominação. Digo dominação e não hegemonia, no sentido gramsciano do termo, já que de fato nunca a teve, exceto talvez por breves lapsos, durante a década de noventa. Ou seja, não era capaz de exercer seu poder de forma indireta sem que ele fosse conquistado consistentemente, e nisto faço referência a Norbert Lechner.

De modo diferente do que tínhamos comentado para o caso brasileiro, os altos escalões das Forças Armadas eram um reduto aristocrático. O general Juan Domingo Perón representava uma exceção, inclusive seu generalato foi obtido dias antes de assumir como presidente e ele, de fato, sempre foi rejeitado por esse círculo. A história do Exército argentino também é diferente. Em certa medida, o exército que nascia em inícios do século XX tinha muito mais a ver com a Conquista del Desierto do que com as gestas da Independência, embora seu discurso se apropriasse exitosamente desse passado, sem demasiados pruridos com a própria história.

Por isso, o entrelaçamento com as oligarquias terratenentes era mais do que evidente, ela escolhia seus liceus para a “espartana” formação de seus rebentos varões, prelúdio para vôos mais elevados e com menos privações para a maioria, sendo-lhe reservado a um punhado deles a continuidade frente à instituição.

Pouco sabemos das internas militares, apesar de alguns louváveis esforços realizados recentemente para elucidá-las. De todos os modos, além da clássica divisão entre *azules* e *colorados*⁴, alguns pesquisadores têm conseguido visualizar outras clivagens, sendo uma das mais interessantes a que opunha os “senhores da guerra”, aqueles que tinham comando de tropa, com os “burocratas”, que faziam carreira à frente de órgãos estatais, incluídos empresas públicas. Sem embargo, no momento, essa é mais uma fértil hipótese enunciada por Paula Canelo, que precisa de uma necessária decantação, do que propriamente algo incontestado, para que inclusive possa ser estendida ao caso brasileiro, sobre o qual dispomos de mais estudos, embora poucos desde essa óptica.

O ambiente empresarial tampouco era um campo propício para a consolidação democrática. A seu modo, as corporações representavam e mantinham as típicas contradições argentinas, e pouco faziam para transformá-las. A matriz das organizações que nucleavam o grande capital, começou a ser constituída desde meados do século XIX. Ela se concentrava, tanto em relação ao tamanho do capital quanto à região e a diferenciação entre suas frações não era clara, sendo muitas

⁴ Fazem referência aos dois grupos em que usualmente se dividem os militares nas simulações de guerra. Concretamente e de forma geral, os *azules* eram de tendências mais liberais, no político, e partidários de devolver o governo rapidamente a mãos civis quando ocupavam o poder por meio de golpes de Estado; já os *colorados* eram de tendências conservadoras, propensos a permanecer por mais tempo no poder a fim de reformular as bases estruturais, que tinham gerado as condições que demandavam sua ação, antes de devolvê-lo.

delas conduzidas por indivíduos que tinham diversos interesses, tal como enunciou Jorge Sábato, o que levava a grande burguesia a investir em vários setores como estratégia de acumulação, comportamento que, mesmo daninho para a reprodução ampliada do sistema como um todo, restando-lhe competitividade, era uma resposta racional à sua instabilidade.

Em geral era um capital de tipo aristocrático, quer dizer pertencente a famílias de nobre e longínquo passado, cujas empresas sobreviviam comumente com subsídios, diretos ou indiretos, por parte do Estado, daí sua necessidade em mantê-lo sob um mínimo de controle. Tal situação foi mais evidente durante a ditadura, pois a atividade financeira foi a que mais prosperou, o que tornou o capital mais ainda especulativo, mudança que, diga-se de passagem, não era apenas uma peculiaridade local mas que se operava em escala planetária.

Essa situação era possível já que esse tipo de capital teve poucos contendores à altura. Em primeiro lugar, porque as dimensões e instabilidade do mercado interno restringiam muito as possibilidades para a emergência de uma burguesia não subsidiária e, segundo, porque seus membros eram habilidosos para fagocitar a maioria dos *self of made man* que conseguiam se destacar e aqueles que permaneciam fora do *inner circle*. Alguns tinham dificuldades para alçarem-se como interlocutores válidos dentro do pequeno e médio capital, numeroso e às vezes buliçoso, porém com peso econômico concreto pouco significativo.

Assim, a instabilidade política era trasladada ao corporativo, sendo especialmente visível na instituição representativa da indústria, já que o setor agrário, em particular o setor dos pecuaristas, que teve sérios conflitos com o peronismo, tinha apreendido a manter uma posição mais negociadora e a natureza de sua atividade o fazia menos dependente da ação estatal direta, embora o preço da moeda e as tarifas alfandegárias fossem fundamentais para estabelecer sua margem de lucro, devido a seu caráter exportador primário.

Em contraposição, o governo peronista incentivou a constituição de setores empresariais afinados a seus interesses, os quais, desde a Confederación General Económica (CGE), tinham se proposto constituir, em contraponto às corporações tradicionais, promovendo com isso um enfrentamento que envolvia o Estado como ator, para dirimir a disputa, fosse durante essas administrações ou quando derrocadas.

A burocracia argentina, tal como abalisa Kathryn Sikkink num dos poucos estudos comparativos sobre a temática, era muito mais fraca do que a brasileira. O recrutamento e ascensão, exceto em áreas restritas, dependia mais de indicações políticas que de processos meritocráticos autônomos, e seus salários eram inferiores aos da iniciativa privada, circunstâncias que desmotivavam o ingresso e permanência de pessoal mais qualificado.

Tampouco, o peronismo fez um esforço similar ao varguismo para constituir uma tecnocracia com as qualidades que aquele ajudou a montar e que, em geral, teve fortes colisões com a intelectualidade, inclusive com alguns que num princípio o apoiaram. De todas as formas, na Argentina haviam núcleos de excelência dentro do Estado e em algumas instituições autônomas, especialmente universidades, e

centros privados.

Não obstante, a maioria deles, para não dizer a totalidade, foram desarticulados ou severamente limitados como receptáculos de pensamento alternativo crítico, após os sucessivos golpes de Estado. Podemos ilustrar isso com a Noche de los Bastones Largos, denominação dada à invasão, no dia 26 de julho de 1966, da Universidad Nacional de la Plata, por forças policiais, e as penúrias que afligiam o Instituto Di Tella, que se sobressaiu na economia y artes plásticas, após a falência do grupo que era seu mantenedor, dono da maior empresa argentina na época, criatura do processo substitutivo e com laços estreitos com o peronismo.

As características peculiares das matrizes econômicas, sociais, políticas e estatais da Argentina não só atuaram como elementos que nos ajudam a entender as razões que levaram a sucessivos golpes de Estado, mas também acerca das direções dadas a suas ações, assim como os condicionantes que tiveram as jovens democracias, uma vez devolvido o poder aos civis, inclusive potencializado pela atuação dessas ditaduras, as quais, em geral, tiveram caráter regressivo em todos esses aspectos.

As ditaduras, estendendo-se por um longo período, atravessaram diferentes etapas, as quais também podem ser interpretadas segundo as correlações destas forças. Concordamos com Sidicaro que as alianças que produziam os golpes de Estado eram frágeis e tendiam a se desfazer uma vez debelado o perigo que as unia e levava a agir para quebrar a ordem democrática. Por isso, era comum que não tardassem muito em dividir-se em facções, que geralmente gravitavam em torno de dois pólos, os que podiam ser: radicais e moderados, conservadores e liberais, corporativistas e politicistas, linha dura e linha branda, gorilas e legalistas, falcões e pombas, para ficar nos nomes mais usuais. De todos os modos, é importante reconhecer que sempre existiram outros agrupamentos que não se subsumiam a eles e que, apesar da sua escassa relevância, em situações particulares podiam inclinar o fiel da balança entre os contendentes maiores.

No caso brasileiro, isso ficou claro desde o princípio, enfrentando-se duas frações bastante definidas: os da linha-dura, mais radicais e conservadores, e a "sorbonne", discursivamente mais moderados e de tendências modernizantes. Como mencionado, diferindo de soluções personalistas, a saída para não enfrentar conflitos desse tipo foi institucionalizar a ditadura, entregando o comando ao superior hierárquico, nesse caso um militar que não envolvido com nenhuma das duas facções e que presidiu um governo que, na fachada, pretendia conciliar esses interesses, mas que por trás dos bastidores se engalinhava em duras refregas entre tais grupos com o propósito de posicionar-se melhor em vistas da sucessão. Quando isso finalmente aconteceu, o mando do regime passou aos primeiros, justo num período de agravação do confronto com setores opositores, que os levou a radicalizar as ações repressivas e de censura.

Os militares sorbonistas precisaram esperar seu turno e no final comandaram, já sem grandes perigos, a distensão do regime até a entrega do governo em mãos civis. Assim, ficaram no imaginário coletivo como administrações menos repressivas, a despeito de que tiveram casos obscuros, como a morte sob tortura do jornalista Vladimir Herzog e o infeliz atentado no RioCentro, para assinalar apenas os

mais conhecidos.

Essas divisões não eram apenas militares, os civis também se alinharam com algumas delas em virtude de comungarem interesses mais ou menos semelhantes. A esse respeito, é importante notar que o sector castrense não se ocupa apenas de assuntos particulares específicos. Seu pensamento e sua ação envolvem questões mais amplas e não só como pretensão. Eles têm a obrigação de pensar estrategicamente como um todo, no qual os assuntos econômicos, políticos e sociais, no sentido geral, devem ser abordados. Embora isso seja certo para a maioria dos seus integrantes, o era de forma mais específica para os membros da ESG, cuja educação convergia mais claramente nesse sentido.

Assim, o empresariado se organizou previamente ao golpe de Estado de 1964 e encontrou nesse segmento militar um interlocutor muito mais seguro que as pouco confiáveis figuras dos senhores da guerra, vide o general Olympio Mourão Filho, que deflagraria apressadamente o *putsch*, colocando em risco a engenharia pacientemente montada ao efeito. Igualmente convergiam devido ao fato de que no comando de empresas estatais tinham travado contato direto com eles e com a tecnocracia, inclusive alguns foram trabalhar na iniciativa privada após retirarem-se efetivamente. Esses uniformizados se aproximavam também já que seus traços desenvolvimentistas, mais fortes que no caso argentino, estavam em sintonia com as suas doutrinas para a guerra e a paz. Por fim, o combate aos desbordes sociais era algo que interessava a ambos. Dessa maneira, os ministérios civis vinculados com essas atividades e alguns outros com os quais tinham algum tipo de relação, seja concreta ou estratégica, foram colonizados por esses interesses.

As divisões internas das duas últimas ditaduras argentinas são menos conhecidas. Podemos fazer um rápido resumo a respeito, marcando as verdadeiras antípodas que foram as administrações dos generais Juan Carlos Onganía e Alejandro Agustín Lanusse, separadas pelo interregno de Roberto Marcelo Levingston, sendo particularmente patente no abandono que sofreu o primeiro por parte do comando do Exército durante o Cordobazo, que o feriu de morte política, em 1969.

O Proceso de Reorganización Nacional, inaugurado em 1976, enfrentou de início a dois projetos, um encarnado pelo presidente general Jorge Rafael Videla e seu ministro de economia, José Alfredo Martínez de Hoz (h), e outro por um dos membros da Junta de Gobierno, o almirante Emilio Massera, que expressava posições nacionalistas e um projeto pessoal. Os objetivos iniciais e amplamente alcançados foram o da luta anti-subversiva e reformas econômicas de corte liberal, para o qual tiveram apoio irrestrito do *establishment* local, que lhes forneceu legitimidade, discurso e quadros, não obstante o outro grupo se entrincheirara por um tempo em nome do interesse nacional, sobretudo devido ao caráter de tais políticas, que promovia a resistência de não poucos setores das próprias Forças Armadas e da burocracia estatal, mais preocupadas por questões de soberania do que por sua entidade teórica.

Quando do transpasso do poder ao general Roberto Eduardo Viola, a intenção clara era a de preparar a transição, tentativa que precisou ser abandonada pela eclosão da crise, derivada da nefasta condução econômica, o que terminaria com a

entrega do governo ao general Leopoldo Fortunato Galtieri, que encaminharia o país ao conflito bélico das Malvinas. A seu turno, o general Reinaldo Bignone não teve outra alternativa a não ser a de preparar as condições para a entrega do poder a mãos civis, tentando negociar o pouco que podia para fazê-la menos traumática a seus interesses em circunstâncias políticas e econômicas por demais adversas.

Nos interregnos, alguns grupos menos expressivos, em particular pertencentes ao Terceiro Corpo de Ejército com assento em Córdoba, como os encabeçados pelos generais Horacio Tomas Liendo e Cristino Nicolaidis, tiveram algumas pretensões de vôos maiores, porém rapidamente foram deslocados para posições menores, assim como o grupo de empresários e tecnocratas que aglutinavam em seu entorno.

Por isso, a análise das transições também deve levar em consideração todas essas variáveis, em especial o esgotamento dos regimes, por alcançar, em grande medida, ou não, os objetivos iniciais, assim como as relações de forças entre aqueles que ainda os apoiavam e os que se lhes opunham, que podiam impor ou rejeitar condições para a entrega do governo.

Nesse sentido, as bases na qual se deram os processos de redemocratização foram diferentes. Sem a intenção de tipificar, não seria inapropriado dizer que os casos escolhidos podem ser apresentados como expressões extremas de tal processo. A distensão lenta, gradual e segura do regime brasileiro estava nas antípodas da debandada argentina.

Mesmo que, em alguma medida fossem fruto de questões conjunturais, dentre as quais a Guerra das Malvinas foi o elemento que teve maior impacto, as transições também obedeciam a processos estruturais, que distanciaram os dois países que no passado tiveram muitos mais pontos em comum.

De qualquer maneira, nos dois casos, o regime conseguiu impor uma eleição amanhã, com um presidente escolhido por meios indiretos, por meio de colégios eleitorais, tendo a democracia que esperar até as constituintes de 1988 e 1994 para que Brasil e Argentina, respectivamente, pudessem eleger de modo direto suas autoridades máximas. De todas as formas, apesar dessas similitudes, o processo como se chegava a elas foi muito diferente.

No Brasil, foi sancionada uma lei de anistia, em 1979, a qual não apenas livrava os repressores, mas que também tirava do ostracismo muitos dos exilados, que assim puderam regressar e se inserir novamente no processo político e na vida local, inclusive participando de eleições, as quais, embora com restrições, lhes abria brechas para lutar pela democracia dentro da margem legal.

Diferentemente, os argentinos tiveram uma transição muito mais acidentada. Embora o regime estendesse uns poucos vínculos com a sociedade civil, os mais importantes restringiram-se à sua cúpula, e vários de seus quadros intermediários provinham de forças políticas partidárias opositoras ao peronismo, não conseguindo se organizarem-se para disputar o poder de forma competitiva, em grande medida devido ao descrédito que carregavam por isso, pesado lastro do qual lhes foi difícil se desvencilhar. Por fim, problemas econômicos internos e choques externos, como o da Crise da Dívida, que já alentavam às primeiras reclamações de massas,

aunados ao desastroso conflito bélico, que sempre se suspeitou urdido para minimizar o primeiro, não deram tempo para uma retirada ordenada.

Também devemos incorporar a essa análise a extensão e a intensidade repressiva dos dois regimes, que são igualmente importantes para entender a extensão e a intensidade das demandas por justiça e reparação. Enquanto as brasileiras foram menores, as argentinas comparativamente excederam-nas em muito. Igualmente, ao promulgar uma lei de anistia, com bastante antecedência à entrega do poder e os grupos afetados serem numericamente menores, no Brasil se esvaziou-se consideravelmente esse tipo de reivindicações, inclusive pelo fato de que vários dos que podiam ocupar um papel central nesse processo se reintegraram exitosamente na vida política e estavam agora mais preocupados pelo exercício concreto do poder do que com o ajuste de contas com seu passado.

De fato, no momento em que escrevemos estas palavras, os dois principais candidatos nas eleições de 2010 tinham sofrido a ação repressiva da ditadura. Dilma Rousseff, quando jovem, foi torturada por militante em grupos da esquerda armada, mesmo nunca tendo se envolvido em ação concreta, e José Serra, presidente da União Nacional de Estudantes (UNE) durante o golpe, se exilou no Chile primeiro e, preso após a derrocada de Salvador Allende, marchou depois aos Estados Unidos.

No caso argentino, a lei de auto-anistia contemplou apenas as forças repressoras e o fez nos estertores da ditadura, tampouco houve uma incorporação gradual de forças opositoras no exílio, que pudessem ser digeridas de maneiras menos traumáticas pelo sistema, e, quando elas chegaram, não o fizeram com opções de poder que, como hoje sabemos, geralmente levaram a posições mais centristas e temporizadoras. Por isso, os grupos que reclamavam justiça eram numerosos e tinham poucos interesses em negociar essas reivindicações em vistas de outros objetivos, como a governabilidade, por exemplo.

Assim, conseguimos assistir ao julgamento das Juntas, mas também ao levante de Caseros, já que a legítima ação por justiça abroquelou os grupos repressores, em sentido amplo e não apenas os militares, colocando-os na defensiva. Essas eram ações coletivas, a ditadura não tinha cometido “excessos” era um produto planejado com método, entre os quais a ação ilegal era uma opção escolhida racionalmente e praticada tanto por uniformizados, de várias cores e níveis, como civis, sem os quais não teria alcançado sucesso.

Conclusão

Uma das idéias instigantes para pensar esse e outros problemas vinculados à problemática tratada, foi aquela proporcionada por Sidicaro, num artigo sobre a ditadura argentina no qual, desde o título, enunciava a tese de que o golpe de 1976 havia constituído uma contra-revolução exitosa porém uma refundação frustrada.

Concordando inteiramente com a primeira parte da tese, apesar de que a herança autoritária é regularmente enunciada como a causa explicativa principal dos males que flagelam os sistemas políticos de Argentina e Brasil, após 25 anos de efetiva redemocratização, podemos observar que tais regimes autoritários conseguiram, a seu modo, deram lugar a um longo período democrático, no qual,

inclusive, as crises que afastaram do poder a dois presidentes eleitos, no caso argentino, e um no caso brasileiro, foram resolvidas dentro das delimitações legais e, por mais traumáticas que tenham sido, não houve o emprego a força militar para dirimí-las. Essa constatação pode ser estendida a outros países da América Latina como o Chile e o Uruguai, que inclusive tiveram comportamentos ainda mais estáveis.

As estruturas sociais e econômicas, para bem ou para mal, também sofreram transformações profundas, muitas delas coincidentes com os planos traçados por essas ditaduras. De todas as formas, essa estabilidade alcançada, a despeito de muita instabilidade econômica, não é apenas fruto da força que os sistemas foram ganhando com o tempo, igualmente nos fala da debilidade que diferentes setores possuem atualmente para se impor no jogo político, que, talvez apesar de desejar, não conseguem desestabilizá-lo, terminando por colaborar para a sua consolidação.

Embora seja óbvio que os setores mais proclives aos golpes fossem os mais atingidos pela redemocratização, inclusive por força de ações judiciais ou pelo temor de ter que as enfrentar, seu enfraquecimento não implicou necessariamente no fortalecimento de seus contendores. A ação repressiva, mais extensa num país e menos no outro, como demonstrado, sem que essa constatação nos outorgue o direito de estendê-la mecanicamente à natureza intrínseca dos regimes, desarticularam politicamente vários setores. Isso fala dos problemas conjunturais para impor-se, que dizer que, para compreendê-los cabalmente, devemos levar em consideração tanto o estado das suas próprias forças como as dos seus oponentes. Os efeitos das políticas econômicas aplicadas internamente e os do novo padrão de acumulação internacional transformaram o tecido social que lhe subjazia. Inclusive, eles tiveram seu colofão em tempos democráticos com a adesão irrestrita à cartilha neoliberal, o que aprofundou ainda mais suas conseqüências.

O movimento operário sindicalizado, que havia sido um dos componentes fundamentais da aliança populista, estava em franca decadência, não só nesses dois países, mas em nível mundial. A crise do fordismo modificou substancialmente as bases nas quais se dava sua organização, assim como reduziu seu número, expulsando muitos deles à informalidade ou diretamente ao vasto mundo do desemprego, engrossando dessa forma o exército de reserva, que, à espreita de oportunidades, inibia as demandas próprias ou a oposição às reformas.

Assim, o agitado clima da transição cedeu lugar a uma época de descrença, exceto em situações pontuais nas quais a ameaça concreta de retrocessos reavivou momentaneamente a mobilização cidadã. Por exemplo, o fértil clima das universidades entrou em rápido letargo ou com espasmos que tinham pouca repercussão fora dos campi universitários, levados estrategicamente aos confins urbanos, onde os intelectuais estavam cada vez mais preocupados em ingressar, manter-se e galgar a hierarquia acadêmica, que passou a submetê-los a um rigoroso *cursus honorum*, afastando-os das demandas e da política concreta, que tem ficado reservada, quase na totalidade, aos políticos profissionais, que, como mencionamos, pertencem a um campo que também está em profunda crise.

Paradoxalmente, o poder dos empresários, em consonância, foi profundamente afetado. As políticas desindustrializadoras e de concentração reduziram muito seu

peso e o verticalizaram enormemente, restando força às entidades corporativas de velho cunho, e informalizando as negociações, privilegiando agora os contatos diretos com um punhado de grupos econômicos que tinham conseguido emergir como vitoriosos em todo esse processo. As crises devastadoras não apenas traziam desolação, elas podiam ser a base para que esse tipo de capital se consolidasse e expandisse.

De todas as formas, tampouco eles, como assinalou Carlos Acuña para o caso argentino, observação que com tranqüilidade pode ser igualmente estendida ao brasileiro, tinham grandes motivos para subverter a nova ordem. Em geral, suas demandas principais eram atendidas ou não corriam riscos elevados, ainda que, às vezes, usassem o temor como arma retórica para impedir a ascensão de políticos com posições mais radicais. Espectro rapidamente dissipado por um governo de tendência esquerdista, como o de Luiz Inácio Lula da Silva, que se revelou mais do que exagerado.

Por fim, embora não tenham surgido direitas fortes, como opções nesses dois países, apesar dos fortes esforços realizados pela ditadura brasileira para criar um sistema bipartidário no qual a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) era visivelmente favorecida e o mais tibio por algumas das facções militares, no caso argentino, as crises partidárias apagaram seus traços mais marcantes e os esvaziaram a capacidade de canalizar demandas e realizar transformações radicais, convertendo muitos deles em meras máquinas eleitorais sem discurso próprio, os quais devem consumir os programas e discursos que terceiros, em especial o empresariado, através de fundações, lhes provém. Esse último era o único ator que na Argentina tinha força suficiente para construí-lo com ajuda de uma tecnocracia não estatal nem partidária subordinada, já que essas se enfraqueciam cada vez mais, inclusive pela ação daquela, que estrategicamente se esmerava em retirar-lhe seu sustento vital quando ocupava posições de governo.

No caso brasileiro, por tradições antigas, como mostramos anteriormente, mas também pela ação governamental durante administrações cívico-militares, prosperaram grupos estatais capazes de realizar tais tarefas, embora durante um tempo fossem relegados pela força do neoliberalismo, ao qual sobreviveram, e que nos últimos tempos lhe deram uma resposta muito mais rápida e precisa que em outros rincões do planeta, quando esse colapsou.

Também essa diferença operada nas duas transições nos ajuda a entender a forma como se deram os ajustes de contas com seus respectivos passados. As demandas por justiça e reparação foram maiores e mais persistentes na Argentina do que no Brasil, chegando naquele país a serem julgados e encarcerados muitos dos responsáveis por seqüestros, torturas e assassinatos, algo pouco usual e com interregnos marcados por leis de Punto Final e Obediência Devida, e indultos que lhes garantiram impunidade por um tempo. No Brasil, os responsáveis, em geral, não foram importunados e não é algo fora do comum que avenidas, passeios e edifícios públicos levem o ignominioso nome de ditadores.

De todos os modos, em algo os dois casos nacionais coincidem, os responsáveis civis, exceto a figura emblemática do ministro de Economía argentino José Alfredo Martínez de Hoz (h), escaparam ilesos, diluindo sua atuação e até

reconstruindo sus carreras dentro do sistema democrático. Amparados pelo fato de não vestir farda, empresários, comunicadores sociais, tecnocratas, clérigos, profissionais liberais, entre outros que participaram ativamente na deslegitimação de governos democráticos, levar adiante os golpes de Estado e dar sustentação operacional às ditaduras, ainda se escondem hábil e impunemente, razão pela qual desnudá-los, não com ânimo de revanche, embora isso soe *démodé*, mas para compreender como se deu tal processo, de forma global e não apenas de maneira recortada, é uma tarefa para os historiadores, que pouco a pouco e com dedicação temos assumido.

Bibliografia

ACUÑA, Carlos H. Empresarios y política. La relación entre las organizaciones empresarias con regímenes políticos de América Latina. Los casos argentino y brasilero. *Boletín Informativo Techint*. 1988, n. 255, p. 17-45.

BLOCH, Marc. El método comparativo en la historia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e PEREZ BRIGNOLI, Héctor. *Perspectivas de la historia contemporánea*. México: Secretaría de Educación Pública, 1976.

CANELO, Paula. La política contra la economía: los elencos militares frente al plan económico de Martínez de Hoz durante el Proceso de Reorganización Nacional (1976-1981). In: PUCCIARELLI, Alfredo (coord.). *Empresarios, tecnócratas y militares. La trama corporativa de la última dictadura*. Buenos Aires: Sigo XXI, 2004, p. 219-312.

----. *El proceso en su laberinto. La interna militar de Videla a Bignone*. Buenos Aires: Prometeo, 2009.

CAVAROZZI, Marcelo. Los partidos políticos latinoamericanos: sus configuraciones históricas y su papel en las transiciones recientes. In: ALCÁNTARA Manuel e CRESPO, Ismael (orgs.). *Los límites de la consolidación democrática en América Latina*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1995, p.145-57.

----. Los ciclos políticos en la Argentina desde 1955. In: O'DONELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C. e WHITEHEAD, Laurence (comps.). *Transiciones desde un gobierno autoritario. América Latina*. Buenos Aires: Paidós, vol. 2, p. 37-78.

DINGES, John. *Os anos do Condor: uma década de Terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DINIZ, Eli e BOSCHI, Renato Raul. *Empresariado Nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

DORNBUSCH, Rudiger e EDWARDS, Sebastián. La macroeconomía del populismo en América Latina. *El Trimestre Económico*. Jan./Mar. 1990, vol. LVII, n. 225.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petropolis: Editorial Vozes, 1981.

- FERRAZ, Francisco César Alves. *À Sombra dos Carvalhos: Escola Superior de Guerra e Política (1948/1955)*. Londrina: Editora da UEL, 1997.
- FICO, Carlos e ARAUJO, Maria Paula (orgs.). *40 Anos do Golpe de 1964: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras; Faperj, 2004.
- . [et al]. *Ditadura e Democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.
- HUNTINGTON, Samuel P. *El orden político en las sociedades en Cambio*. Buenos Aires: Paidós, 1992.
- JÁUREGUI, Aníbal. *Empresarios y políticas de desarrollo en la Argentina y el Brasil 1920-1955*. Tesis doctoral. Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2002.
- LECHNER, Norbert. Poder y orden. La estrategia de la minoría consistente. In: *La conflictiva y nunca acabada construcción del orden deseado*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1986.
- LINZ, Juan. Una interpretación de los regímenes autoritarios. *Papers: Revista de Sociología*. 1978, n. 8, p. 11-26.
- MARKOFF, John e MONTECINOS, Verónica. El irresistible ascenso de los economistas. *Desarrollo Económico*. Abr./Jun. 1994, vol. 34, n. 133.
- NUN, José e PORTANTIERO, Juan Carlos (comps.). *Ensayos sobre la transición democrática en la Argentina*. Buenos Aires: Puntosur, 1987.
- QUADRAT, Samantha Viz. Operação Condor: o “Mercosul” do terror. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS. Jun. 2002, vol. XXVIII, n. 1, p. 167-182.
- REIS, Aarão Daniel Filho; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)*. Baurú: EDUSC, 2004.
- SÁBATO, Jorge. *La clase dominante en la Argentina moderna. Formación y características*. Buenos Aires: CISEA/GEL, 1988.
- SCHVARZER, Jorge e SIDICARO, Ricardo. Empresarios y Estado en la reconstrucción de la democracia en la Argentina. *El Bimestre Político y Económico*. 1987, n. 35, p. 5-14.
- . Empresarios y Estado en la reconstrucción de la democracia en Argentina. In: GARRIDO N., Celso (coord.). *Empresarios y Estado en América Latina: Crisis y transformaciones*. México: CIDE; Fundación Friedrich Ebert-UNAM; Instituto de Investigaciones Sociales-UAM, 1988, p. 231-243.
- SIDICARO, Ricardo. El Régimen Autoritario de 1976: Refundación Frustrada y Contrarrevolución Exitosa. In: TCACH, César e QUIROGA, Hugo. *A Veinte Años*

del Golpe. Con Memoria Democrática. Rosario: Homo Sapiens, 1996.

----. Coaliciones golpistas y dictaduras militares: el "proceso" en perspectiva comparada. In: PUCCIARELLI, Alfredo (coord.). *Empresarios, tecnócratas y militares. La trama corporativa de la última dictadura.* Buenos Aires: Siglo XXI, 2004, p. 53-96.

SIKKINK, Kathryn. Las capacidades y la autonomía del Estado en Brasil y la Argentina: un enfoque neoinstitucionalista. *Desarrollo Económico.* 1993, n. 128.

TILLY, Charles. *Grandes estructuras, procesos amplios, comparaciones enormes.* Madri: Alianza, 1991.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História.* 2004, vol. 24, n. 47, p. 13-29.